

Sobreviver é preciso 25 OUT 1988

Antônio Dias Leite

Os que acreditam no país, os que não o estão abandonando, nem física nem moralmente, os que, apesar de tudo, continuam dedicados ao seu trabalho e desenvolvendo as respectivas atividades produtivas, querem sobreviver com dignidade. E, a meu ver, vão conseguir, porque é preciso.

Não é verossímil que uma crise econômica — apesar da sua extraordinária duração — e uma desorientação temporária da sociedade brasileira possam destruir o espírito de iniciativa, o impulso de desenvolvimento e até mesmo a estrutura física das atividades produtivas do país. Mas não é impossível que isso aconteça, tornando inúteis o desgaste sofrido por diversos segmentos da sociedade e o esforço despendido no processo de transição política que agora se completa com a promulgação da nova Constituição.

Trata-se de uma questão de tempo — quantos meses — e de predomínio ou não — no tempo ainda disponível — do instinto de sobrevivência coletiva. Trata-se também de reconhecer ou não, com humildade, a complexidade da crise econômica e financeira brasileira, que resulta da superposição de eventos externos e internos e dos efeitos cumulativos de sucessivas e infelizes políticas econômicas, incompletas e insuficientes, que foram sendo adotadas nesta década de oitenta.

Felizmente, a estrutura econômica do país, considerado como um todo, sobreviveu e recuperou-se parcialmente das distorções provocadas principalmente pelo Plano Cruzado. Além disso, a partir do fim de 1987, iniciou-se um tímido porém continuado processo de reequilíbrio dos preços relativos de produtos com preços administrados e de tarifas de serviços públicos, estas últimas antes submetidas a 10 anos de continua degradação.

As experiências anteriores trazem preciosas indicações sobre o efeito das medidas, as reações dos consumidores e dos empresários, mas é preciso lembrar também que as mutações da estrutura econômica e social do país são incessantes. Não existem duas situações iguais no mesmo país e muito menos, ainda, em países diferentes.

Na atual conjuntura brasileira, predominam dois fatos auspiciosos e três graves dificuldades. É animador que:

I — A maior parte da estrutura econômica privada dá mostras de grande vitalidade, especialmente no interior do país; e

II — mantém-se elevada a poupança do setor privado, o

que nos anima a confiar na possibilidade de rápida reativação da economia se formos capazes de redimensionar o governo federal, promover de uma vez o saneamento das finanças públicas e a recuperação das grandes empresas sob o controle da União.

E preocupante, por outro lado:

III — A renitência do processo inflacionário que se agrava, de patamar em patamar, apesar dos sucessivos conjuntos de medidas corretivas que vêm sendo adotadas e destruídas;

IV — a necessidade e a dificuldade provável da adaptação imediata do país às profundas modificações estabelecidas pela nova Constituição que terão forte impacto econômico, social e fiscal — ainda de difícil avaliação quantitativa — no decorrer do ano de 1989;

V — o desânimo que se apossou da maioria da população.

Na definição da política econômica a ser seguida até a conclusão do atual governo, de forma a levar a bom termo o processo de transição política, há aspectos técnicos e principalmente políticos a considerar.

No domínio técnico, há o risco de irrealismo e imprudência nas formulações técnicas, principalmente quando a preocupação com o *marketing* das idéias predomina sobre o rigor e o valor intrínseco dessas formulações, induzindo à adoção de soluções simplistas. Corremos, ainda, o risco da insuficiência e/ou atraso na adoção, pelo Poder Executivo, das medidas necessárias, a exemplo do que ocorreu a partir de sessenta dias de vigência do Plano Cruzado, que àquela época ainda podia ser salvo.

O maior risco está, todavia, no campo político. O Congresso Nacional se acostumou a deixar a responsabilidade da política econômica nos ombros do Poder Executivo, especialmente no que se refere às medidas impopulares. O Poder Executivo, por sua vez, habituou-se a decidir de forma discricionária sobre política econômica. Depois da Constituição de 1988, surge a co-responsabilidade. O Poder Executivo terá que enviar o seu plano complementar e final ao Congresso, e este não pode deixar de sobre ele se manifestar, constitutivamente, acima de divergências partidárias, já que o que está em jogo é o destino da transição política. Até as eleições de 1989, essa transição ainda depende da eficácia da luta antiinflacionária. A ela está ligada a própria sobrevivência, com dignidade, da sociedade brasileira.

Antônio Dias Leite é professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ